

# Problemática da Universidade do Minho

Contrariamente aos boatos alarmistas que a reacção anda por aí a espalhar, a Universidade do Minho é uma instituição que em breve começará a desenvolver a sua acção cultural.

Instituída no âmbito da política demagógica derubada em 25 de Abril, a Universidade do Minho foi criada sem que lhe tivessem sido definidos os seus objectivos. A própria designação é ambígua e foi assim chamada — do Minho — para satisfazer a gregos e a setroianos, deixando-se no vago a sua exacta localização e o modo como, na prática, serão articulados os diferentes departamentos, que uns diziam poder funcionar em Braga, outros em Guimarães, em Viana do Castelo, Barcelos ou mesmo Tibães...

Nada se tinha definido porque nem interessava definir numa política demagógica. Quando muito, o que interessava era descongestionar os centros universitários de Lisboa, Porto e Coimbra, para ver se, através dessa descentralização, se despoletavam as áreas de tensão juvenil onde a contestação sempre se afirmou mais agressiva.

A demagogia levou até a fazer-se uma grande festa política em 17 de Fevereiro do ano findo, como se da inauguração da Universidade se tratasse, quando, na realidade, apenas foi empossada uma Comissão Instaladora e o seu presidente como Reitor.

Assim, quando o 25 de Abril raiou, além do Reitor e dos cinco ou seis membros da Comissão Instaladora, a Universidade do Minho era apenas uma secretaria com alguns funcionários e a sede da Reitoria instalada no edifício da Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga, por sua vez incorporada também na Universidade.

A partir daí é que começavam os trabalhos da Comissão Instaladora, de que só no Outono começou a divulgar alguns dos seus projectos e planos de curso. Além disso, obras no edifício da Biblioteca e a aquisição de um imóvel na rua D. Pedro V, o que representa concretização do apoio do Governo Provisório.

Entretanto, claro está, muita coisa havia mudado em Portugal. E muito mais há ainda para mudar, nomeadamente no que respeita a problemas de ensino, de cultura e de extensão universitária.

A fascistização da cultura portuguesa no decurso dos últimos cinquenta anos, é problema tão grave que não têm sido de um modo geral os intelectuais — todos nos damos conta claramente — os que mais lucidamente compreendem a profunda transformação por que tem estado a passar o nosso país. E são mesmo aqueles que se mostram mais renitentes — ao contrário dos trabalhadores — em participar construtivamente nesta transformação já irreversível.

A fascistização da cultura portuguesa processou-se no decurso do meio século através da prática de uma generalizada corrupção administrativa que teve o cuidado de colocar nos postos mais elevados do Ensino as pessoas mais subservientes e pedagogicamente menos aptas, de modo a banir do hábito mental das novas gerações o exercício da livre crítica e da análise racional dos problemas.

Foi assim que, ao cabo de várias dezenas de anos de selecção negativa dos quadros do ensino, o respectivo Ministério se vê hoje a braços com as mais ingentes dificuldades para a reestruturação dos cursos e da administração escolar.

Onde as dificuldades são maiores é precisamente no sector do ensino universitário.

Nem admira, pois foi aí que se anicharam muitos dos maiores serventuários do regime deposto em 25 de Abril, os quais, além de terem em muito pouca conta os requisitos que devem caracterizar um homem de ciência, se preocuparam sobretudo em fazer da «cultura» uma fonte de sinecuras, que só por si são motivo bastante para avaliar da corrupção que neste sector lavrou durante meio século.

A este respeito seria muito salutar que a Secretaria de Estado do Ensino Superior tornasse públicos os modos abusivos e arbitrários como eram feitas muitas nomeações, algumas com efeitos retroactivos no que respeita a remunerações. Mas basta-nos para já verificar como alguns tubarões da «cultura» oficial agora saneados conservam ainda outros e outros lugares que acumulavam desavergonhadamente, como se a função de Professor universitário não bastasse por si só para preencher uma honesta existência.

Vem isto a propósito das mudanças operadas em Portugal depois do empossamento da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, uma Universidade que está por definir.

De certo que, perante a grandeza, a complexidade e a premência dos problemas do ensino, mormente no que respeita ao ensino superior, não era uma Universidade de facto ainda inexistente a que havia de merecer as primeiras atenções de um Governo Provisório. Mas gradualmente, dentro de uma imperiosa es-

1951  
08580  
24380  
23580  
09582  
11582  
11178

# PROBLEMÁTICA

da

# UNIVERSIDADE

do

# MINHO

(Continuado da 1.ª página)

cala de prioridades, os problemas vão-se aclarando, ainda que nem sempre fiquem resolvidos, ou pelo menos resolvidos a titulo definitivo (quanto possam ser definitivos). E sabe-se como um problema posto em equação é já um problema em grande parte resolvido.

Ora, depois de definidas algumas linhas fundamentais nos sectores do ensino básico, preparatório e secundário, tudo se encarreira agora para uma definição das Universidades novas criadas há cerca de um ano. Está neste caso a Universidade do Minho. E sabe-se que a Secretaria de Estado do Ensino Superior vai promover em 8, 9 e 10 de Fevereiro (um fim de semana de trabalho em Aveiro) para delinear um plano de conjunto para essas Universidades.

Será então a ocasião propícia para tornar bem claros os objectivos de uma Universidade regional como é a do Minho.

Ela só poderá ser regional quanto à sua localização ou âmbito de acção. Mas não poderá nunca ser regional como orientação de pensamento. Isto é, por ser regional uma Universidade não poderá trair a sua vocação científica.

É preciso salvaguardar que a Universidade do Minho contribua efectivamente para uma actualização e científicação do pensamento, e nunca para a consolidação dos valores regionais negativos, que muitas vezes são glorificados como tradicionais.

Uma Universidade regional não pode ser um centro de pensamento folclórico, mas sim um farol a irradiar, no meio das trevas, o luz patente e civilizadora da razão e da ciência.

Doutro modo, mais se consagrará o pensamento provinciano — de que já estamos abundantemente servidos — do que o pensamento crítico e inovador.

Esta é a problemática fundamental que tem de presidir à definição de objectivos da Universidade do Minho. Porque, quanto à sua existência e próximo funcionamento, isso nem sequer está posto em causa.